

Eleição proporcional em 2020: uma análise do desempenho feminino nos municípios brasileiros¹

*Proportional election in 2020: analysis of
female performance in Brazilian municipalities*

Vitor Peixoto*¹

Larissa Martins Marques¹**

Matheus Virginio Harduim Machado*¹**

Myllena Peres Souza da Rocha**¹**

Palavras-chave:

Eleições municipais;
Candidaturas femininas;
Financiamento de
candidaturas;
Sub-representação
feminina.

Resumo: O artigo investiga o impacto de fatores políticos e sociodemográficos municipais sobre a representação feminina nas eleições de 2020. As hipóteses derivam das teorias sobre influências de condições socioeconômicas, competição eleitoral e tamanho dos distritos sobre o desempenho das mulheres nas eleições proporcionais. Foram analisadas quatro variáveis dependentes: proporção de candidatas, financiamento de campanha, percentual de votos e percentual de cadeiras conquistadas pelas vereadoras. Utilizaram-se análises descritivas bivariadas por meio de ANOVA e testes post-hoc entre categorias de tamanho populacional e as variáveis dependentes; matriz de correlação de pearson entre as variáveis quantitativas; e, por fim, foram construídos modelos econométricos hierárquicos multiníveis no intuito de realizar análises multivariadas que permitissem estimar simultaneamente os impactos das variáveis independentes e controlar os efeitos aleatórios dos estados. Os resultados apontam para impactos inversamente proporcionais entre tamanho do município e percentual de candidaturas e de

¹ Recebido em 28/03/2022. Aceito em 24/10/2022

*¹ Doutor em Ciência Política e Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: vpeixoto@pq.uenf.br.

**¹ Mestranda em Ciência Política pela Universidade de Brasília; graduação em Administração Pública pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: larissa.marques@aluno.unb.br.

***¹ Graduando em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: mattharduim@gmail.com.

****¹ Graduanda em Administração Pública pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: 20201400011@pq.uenf.br.

financiamento. Variáveis socioeconômicas dos municípios tiveram pouco ou nenhum impacto sobre o desempenho das mulheres em todas as variáveis analisadas. A competição eleitoral obteve impacto positivo para percentual de candidaturas femininas, mas negativo para percentual de votos e de cadeiras conquistadas pelas mulheres.

Keywords:

*Municipal elections;
Female candidates;
Funding of candidacies;
Female
underrepresentation.*

Abstract: *This paper analyzes the impact of municipal political and sociodemographic factors on female representation in the 2020 elections. Hypotheses are derived from theories about the influences of socioeconomic conditions, electoral competition and district size on women's performance in proportional elections. Four dependent variables were analyzed: proportion of female candidates, campaign funding, percentage of votes and percentage of seats won by councilors. Bivariate descriptive analysis were used through ANOVA and post-hoc tests between population size categories and dependent variables; pearson correlation matrix between quantitative variables; and, finally, multilevel hierarchical econometric models were built in order to perform multivariate analysis that would allow the simultaneous estimation of the impacts of independent variables and control for the random effects of states. The results point to inversely proportional impacts between the size of the municipality and the percentage of applications and funding. Socioeconomic variables of the municipalities had little or no impact on women's performance in all variables analyzed. Electoral competition had a positive impact on the percentage of female candidates, but a negative impact on the percentage of votes and seats won by women.*

Introdução

O ciclo eleitoral de 2020 aconteceu em meio a circunstâncias extraordinárias onde o país atravessou uma crise sanitária devido a pandemia do Covid-19. Neste contexto, instituições como os partidos políticos e o Tribunal Superior Federal (TSE) tinham um papel fundamental em mobilizar os eleitores a comparecerem às urnas ao mesmo tempo que precisavam protegê-los das altas taxas de contaminação do vírus. Além disso, foi o primeiro pleito a ocorrer após uma série de alterações na legislação eleitoral. As principais mudanças que passaram a valer neste ano relacionaram-se aos critérios para distribuição do fundo especial de campanha, ao fim das coligações para as eleições proporcionais e a redução no período de realização de campanhas e do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral.

Era de se esperar que o cenário eleitoral de 2020 fosse otimista para a eleição de mulheres nas arenas municipais por dois motivos principais. Primeiro, o fim das coligações eleitorais poderia ser um importante fator para a redução do número de candidaturas laranjas femininas, posto que reduziu o número de candidaturas totais e, quanto mais candidatos efetivamente competitivos, maiores as chances de conquistarem cadeiras. Segundo, a obrigatoriedade de 30% de candidaturas e de financiamento eleitoral destinado às mulheres seria outra razão para aumentar as chances destas candidatas se tornarem mais competitivas. Porém, mesmo com incentivos institucionais, as eleições municipais de 2020 foram responsáveis por eleger apenas 16% de representantes mulheres para o legislativo ao alcançar um acréscimo de 2,5 pontos percentuais em relação ao pleito anterior.

Este ano foi protagonista do maior número de candidaturas de mulheres ao apresentar 33% de aproximadamente 557 mil candidaturas para o legislativo municipal. Porém, mesmo com este percentual histórico, a presença feminina nos legislativos municipais permanece bem longe de representar a proporção de 53% do eleitorado feminino. Estes números relacionados à representação feminina é um problema capaz de impor dilemas ao funcionamento e à consolidação democrática. Uma arena política composta majoritariamente por homens pode acarretar, entre outros resultados, em uma fraca representação das mulheres no que se refere às suas experimentações sociais, interesses e posições políticas (YOUNG, 2006)

O questionamento que decanta mediante tal problema de pesquisa é sobre quais fatores seriam, então, os determinantes institucionais e sociodemográficos para se eleger uma mulher vereadora no Brasil. Mais especificamente, qual o grau de influência de variáveis como competição eleitoral, magnitude do distrito, desigualdade social, mortalidade infantil e urbanização na probabilidade de candidaturas e na eleição de mulheres para o legislativo municipal em 2020?

Os estudos que partem desta empreitada utilizam os mais diferentes enfoques teóricos e metodológicos ao trazer para a análise variáveis institucionais, políticas, sociais e aquelas relacionadas à composição do conjunto de valores dos eleitores para decidir o voto. Mediante estas correntes, a proposta do presente artigo se limita a investigação das dinâmicas entre as características do sistema eleitoral e a eleição de mulheres para os cargos legislativos municipais. Com isso, tem como objetivo investigar se fatores políticos e sociodemográficos municipais foram importantes para impactar a representação feminina nas eleições de 2020. A hipótese do trabalho deriva da premissa que se encontra na teoria onde fatores socioeconômicos, a competição

partidária e o tamanho do distrito imputam maior participação política de mulheres nas eleições proporcionais municipais de 2020.

A organização do artigo está descrita da maneira a seguir. Primeiramente, é realizada uma breve revisão da literatura internacional e nacional acerca das evidências empíricas e teóricas capazes de aumentar a probabilidade de candidaturas e eleição de mulheres para os cargos do legislativo municipal. A segunda parte do texto é reservada para a descrição dos aspectos metodológicos e dados utilizados para alcançar os resultados. A terceira seção é responsável por apresentar as análises descritivas das variáveis, os respectivos testes de ANOVA, correlação e modelos econométricos multiníveis. Por fim, na última seção são postas as considerações finais.

O sistema eleitoral, fatores socioeconômicos e políticos municipais e a eleição de mulheres

A literatura internacional aborda diversas dimensões que se constituem como obstáculos à participação das mulheres nas esferas de poder político. Pippa Norris em *Electoral engineering* (2004) faz um balanço dos principais entraves institucionais e culturais à representação política feminina:

“A tese de que mais mulheres têm sido eleitas para o parlamento em listas partidárias proporcionais do que em sistemas eleitorais majoritários foi confirmada em uma série de estudos desde meados dos anos oitenta, com base em pesquisas comparando democracias estabelecidas e também uma gama mais ampla de sociedades em desenvolvimento em todo o mundo. Dentro dos sistemas eleitorais proporcionais, a magnitude distrital tem sido comumente considerada um fator particularmente importante, com mais mulheres geralmente eleitas em grandes círculos eleitorais multimembros.” (NORRIS, p.187; tradução nossa)

No Brasil, as mulheres enfrentam diversos obstáculos para se tornarem candidatas e eleitas. Entre os fatores que a literatura aponta para a desigualdade de gênero nos cargos eleitorais brasileiros se destacam o modelo de sistema eleitoral (ARAÚJO; ALVES, 2007; SPOHR *et al.*, 2016), a magnitude do distrito eleitoral (CARLOMAGNO, 2017; MEIRELES; ANDRADE, 2017), o investimento dos partidos nas candidaturas femininas (JUNCKES *et al.*, 2015; SACCHET, 2013; SILVA *et al.*, 2017), a tradição dos eleitores em votar em candidatos homens, a dupla jornada feminina (CAMPOS *et al.*, 2020, p. 596; FERNANDES, 2018) e a consolidação do espaço público como masculino, enquanto o espaço doméstico destinou-se historicamente às mulheres (ARAÚJO; BORGES, 2013; COELHO; BAPTISTA, 2009; FOX; LAWLESS, 2012).

No que concerne aos fatores institucionais, no sistema eleitoral brasileiro coexistem tanto o sistema majoritário (que seleciona os prefeitos, governadores, senadores e presidente) quanto o proporcional (que seleciona os vereadores, deputados estaduais/distritais e federais). O modelo proporcional se destaca como mais permeável às eleições femininas — isso explica o fato de, em 2020, as mulheres terem conquistado 12% das prefeituras e 16% das cadeiras de vereadores.

Não obstante, como destaca Araújo (2013), dentro da família do sistema eleitoral proporcional, os que possuem lista aberta são os mais adversos ao sucesso eleitoral feminino, posto que tendem a incentivar competição entre os candidatos intra lista, assim como impossibilita o estabelecimento de uma política de paridade de gênero no pré-ordenamento da lista partidária.

Ao analisar as eleições municipais de 2000, 2004 e 2008, (BOHN, 2009) identificou que houve um crescimento limitado tanto de candidaturas quanto de mulheres eleitas no período, portanto, houve pouca eficácia da política de cotas de reserva de vagas.

"A política de cotas, por sua vez, não se mostra eficaz nos planos nacional e subnacional e nem tampouco quando a unidade de análise é o município. Por fim, o principal problema para o aumento da presença feminina na arena política formal permanece o mesmo: o baixo estoque de mulheres engajadas na competição eleitoral." (BOHN, 2009)

Outro fator institucional que incide sobre a representação política de minorias é a magnitude dos distritos eleitorais. A experiência internacional aponta para uma relação diretamente proporcional entre a representação de minorias e o número de cadeiras em disputa (NORRIS, 2004). Entretanto, Araújo e Alves (2007, p. 541-542) ressaltam o fato de que, diferente de outros países, no Brasil mulheres tendem a ter maior sucesso eleitoral em distritos eleitorais menores para a Câmara dos Deputados.

Os achados empíricos de trabalhos do início dos anos 2000 levaram os pesquisadores a tratar municípios pequenos, sobretudo no nordeste, com baixo desenvolvimento social como propícios para práticas clientelistas e familismo. Os pequenos municípios no nordeste realmente elegeram mais mulheres para os cargos legislativos, o que levou analistas a associarem essa representação ao atraso no desenvolvimento econômico. O nexos causal desta relação seria o familismo que trazia à arena política mulheres que seriam filhas ou esposas de políticos locais tradicionais, notadamente os de partidos de direita.

Miguel e Queiroz (2006) investigaram o impacto dos indicadores socioeconômicos sobre a representação feminina com o objetivo de analisar por

que as mulheres tinham melhores desempenhos eleitorais em regiões menos desenvolvidas. Os autores lançaram três hipóteses: "1) a associação das candidatas dessas regiões com partidos de direita; 2) o gap educacional que as beneficia; e 3) a maior presença de mulheres no eleitorado". Os achados empíricos os fizeram rejeitar todas as três.

"Uma análise das três disputas ocorridas sob a vigência da legislação de cotas (1996, 2000 e 2004) mostra que o desempenho das mulheres candidatas é sensivelmente superior nas regiões mais atrasadas. Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões menos industrializadas, menos escolarizadas e com indicadores sociais piores, elegem sempre uma proporção maior de mulheres do que o Sudeste e o Sul." (MIGUEL; QUEIROZ, 2006)

Nesse sentido, os resultados encontrados por Araújo e Alves (2007) corroboraram a tese de dominação tradicional e representação feminina, pois os estados com menores índices de desenvolvimento humano foram os que apresentaram a maior proporção de deputadas federais eleitas em 2002. Os autores operacionalizam os impactos de fatores institucionais como a magnitude dos distritos, a competição eleitoral e desenvolvimento humano, além de características individuais dos candidatos. Concluíram que:

"(...) é possível dizer que, nos estados com menor IDH, os tipos de requisitos, recursos e competências dos candidatos por onde se constroem trajetórias políticas tendem a ser mais baseados em capitais familiares, clientelismo e filiações a grandes partidos, mais típicos de determinados estados e regiões. Já nos distritos de alta magnitude, uma questão a explorar é se tenderiam a pesar trajetórias políticas mais sólidas e, em consequência, a existir maior cobrança ou expectativa do eleitorado em relação a certos tipos de competências, tipos estes distintos daqueles mencionados anteriormente. E se sobre as mulheres, uma vez em desvantagem, recairiam os maiores impactos." (ARAÚJO; ALVES, 2007, p. 568)

Os achados de Alves *et al* (2007) sobre as eleições municipais de 2004 não encontraram impactos do desenvolvimento humano na representação feminina. O desempenho de mulheres foi analisado de acordo com as seguintes variáveis independentes: (a) o percentual de mulheres candidatas, (b) tamanho do município, (c) número de partidos, (d) regiões, (e) número de candidatos por vaga e (f) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Os resultados foram significativos para quase todas as variáveis, com exceção do IDH. Entretanto, as conclusões também associam o desenvolvimento humano ao tamanho do município e ao nível de competição eleitoral:

"Estes resultados mostram que realmente existe um gradiente nas probabilidades de se encontrar municípios nas categorias de maior percentagem de eleitas (interceptos do modelo), ou seja, quanto maior a percentagem de candidatas eleitas, menor a probabilidade de se encontrar municípios nestas situações. No entanto, uma vez controlados estes gradientes, percebe-se que um aumento de 1% na percentagem de candidatas aumenta em 12% a chance de se eleger mulheres. O índice de desenvolvimento humano não apresenta significância estatística, muito provavelmente porque os municípios com alto IDH são em maioria os municípios maiores, onde a concorrência pelo voto é maior, colocando as mulheres em desvantagem comparativa." (ALVES; CAVENAGHI; ALCÂNTARA, 2007), p: 211)

Carlomagno (2017) analisou as eleições proporcionais dos municípios de 2000 a 2016 e encontrou resultados semelhantes aos de Araújo e Alves (2007). Os menores municípios apresentaram a maior taxa de mulheres eleitas, assim como o Norte e Nordeste, enquanto a região Sudeste apresentou o menor percentual de vereadoras em todos os pleitos analisados. O artigo concluiu que mulheres têm maior facilidade eleitoral em distritos de menor magnitude e menor desenvolvimento socioeconômico, isto é, que requerem menor financiamento e estrutura de campanha.

Mais específico sobre os efeitos da magnitude dos distritos sobre a representação feminina foi o desenho de pesquisa empreendido por Meireles e Andrade (2017) que utilizaram modelos de quase-experimento. Os autores utilizaram as mudanças do número de cadeiras entre as eleições municipais de 2004 e 2008 provocadas pelo TSE e, dessa forma, puderam calcular o efeito causal do aumento de um cadeira na câmara de vereadores sobre a proporção de mulheres eleitas para as câmaras de vereadores. As conclusões contrariam os achados tradicionais da literatura nacional e se aproximam da abordagem institucionalista acerca dos efeitos dos sistemas eleitorais sobre a representação feminina, ou seja, quanto maior a magnitude, maiores as chances das mulheres se elegerem.

"Nossos resultados, estimados por meio de regressão descontínua, mostram que uma cadeira a mais causou um aumento de cerca de 40% no número de mulheres eleitas nas câmaras municipais analisadas, em 2004 e 2008, e aumentou a probabilidade de ao menos uma mulher ser eleita em cerca de 20 pontos percentuais. Além disso, esse incremento não se deu apenas em termos absolutos: a proporção de mulheres eleitas também aumentou significativamente, indicando que candidatas mulheres se beneficiaram tanto ou mais que candidatos homens da cadeira adicional." (MEIRELES; ANDRADE, 2017, p. 95)

A relação entre magnitude e representação feminina não é nada óbvia e a ligação entre os dois fenômenos pode estar na competitividade do sistema que, por sua vez, conecta-se com outra variável fundamental para o sucesso eleitoral, a saber, o financiamento de campanhas. Sabe-se que quanto mais competitivo um sistema partidário, maior será o empenho dos atores a buscarem aumentar o financiamento da campanha para a obtenção do sucesso eleitoral das candidaturas. E, uma vez candidatas, o financiamento da campanha é apontado como uma das principais dificuldades para candidatas femininas se elegerem (CARLOMAGNO, 2017; PEIXOTO, 2010; PEIXOTO; GOULART; SILVA, 2016; SACCHET, 2013). Segundo os achados de Sacchet e Speck (2012):

"(...) as mulheres têm arrecadações de campanha significativamente menores que a dos homens, e que dada a alta correlação existente entre financiamento e sucesso eleitoral, este pode ser um dos elementos centrais para explicar o seu baixo desempenho eleitoral" (SACHET; SPECK, 2012. p. 177)

Por meio de análise de redes, Junckes et al. (2015) analisaram o financiamento de campanha das eleições de 2010 e as mulheres representaram somente 17,9% dos componentes dos candidatos mais conectados com financiadores, onde se localizaram 98% dos eleitos. As candidatas que conquistaram mais conexões aumentaram substancialmente suas chances de sucesso, assim como continuou a ocorrer nas eleições de 2014. De acordo com Silva et al. (2017, p. 201), em 2014 fazer parte dos componentes mais conectados de financiamento também foi essencial para o sucesso eleitoral, implicou em chances até 207 vezes maiores de ser eleito, contudo estes componentes apresentaram cerca de 1/4 de mulheres, que conseguiram arrecadar cerca 1/10 dos recursos, assim como são 1/10 dos candidatos eleitos dentro desses componentes.

As eleições municipais de 2020 representam mais uma oportunidade metodológica para testar empiricamente as proposições da teoria. Neste trabalho, especificamente, serão testadas hipóteses da literatura que podem ser divididas em duas grandes dimensões: a institucional e a sociodemográfica.

Desenho de pesquisa: dados e métodos

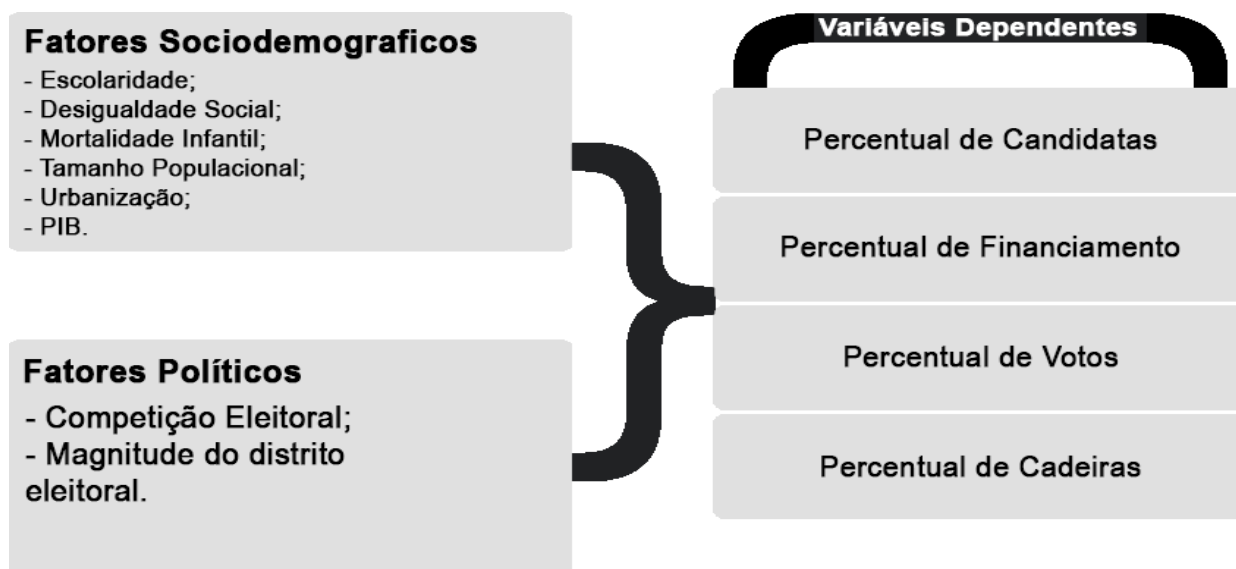
A revisão bibliográfica até aqui apresentada se encarregou em evidenciar as relações de dependência entre as candidaturas femininas, os recursos destinados às campanhas e o número de votos. O desenho de pesquisa do presente trabalho é baseado na análise da relação entre quatro esferas do

mesmo fenômeno político: as candidaturas femininas, o financiamento de campanha, os votos e o número de cadeiras conquistadas pelas vereadoras. Nesse sentido, a questão norteadora é (i) como as candidaturas femininas ocorrem nos municípios brasileiros, (ii) como se conectam ao financiamento para assim se (iii) transformarem em votos e, por fim, (iv) elegerem representantes mulheres. Com isso, o trabalho conecta e analisa a relação desde o processo inicial ao se tornarem candidatas até a conquista de cadeira nas câmaras municipais.

A relação entre as variáveis foi construída de modo a estimar o impacto de variáveis políticas e socioeconômicas dos municípios na participação política de mulheres para os cargos de vereadores nas eleições de 2020. A participação política das mulheres será operacionalizada por meio de quatro variáveis dependentes, a saber: percentual de candidaturas femininas; percentual de financiamento de campanhas; percentual de votos obtidos por mulheres; percentual de cadeiras conquistadas. As variáveis independentes estão distribuídas em dois grupos: a) fatores políticos como competição eleitoral e magnitude do distrito eleitoral e b) fatores sociodemográficos como tamanho populacional, urbanização, mortalidade infantil, educação e desigualdade social.

As variáveis que foram mensuradas em percentuais foram baseados no total de cada Município, ou seja, o percentual de candidaturas, financiamento, votos e cadeiras foram construídas como agregações de todas as candidatas em um determinado município. Desta forma, foi possível operacionalizar os testes estatísticos com diferenças de médias entre os percentuais em cada unidade de distrito eleitoral, assim como estabelecer relações multivariadas com outros indicadores sociodemográficos e políticos que são referentes aos municípios, tais como PIB per capita, urbanização, Gini, magnitude do distrito, competição eleitoral, etc.

Foram realizados três procedimentos metodológicos para estabelecer as relações entre as variáveis: primeiro, uma análise descritiva bivariada por meio de ANOVA e testes *post-hoc* entre categorias de tamanho populacional e as variáveis dependentes; o segundo procedimento foi estabelecer uma matriz de correlação de *pearson* entre as variáveis quantitativas; e, por fim, o terceiro procedimento foi construir modelos econométricos hierárquicos multiníveis no intuito de realizar análises multivariadas que permitissem estimar simultaneamente os impactos das variáveis independentes e controlar os efeitos aleatórios dos estados. A imagem abaixo demonstra o resumo do desenho de pesquisa e as relações entre as variáveis neste trabalho compreendidas.

Imagem 1: Desenho de pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir encontram-se as análises descritivas das quatro variáveis dependentes de acordo com as categorias de tamanho do município, assim como os testes estatísticos de análise de variância (ANOVA) e os respectivos testes *post-hoc* para as diferenças entre os pares de categorias. A descrição seguirá a lógica do caminho percorrido das mulheres até o sucesso eleitoral: candidaturas, financiamento, votos e cadeiras conquistadas.

A eleição de vereadoras em 2020: candidaturas, financiamento, votos e cadeiras por tamanho populacional

Nas eleições de 2020, em média, os municípios apresentaram 35,4%² de candidatas do sexo feminino. Os que apresentaram proporcionalmente maiores percentuais de candidatas vereadoras foram os de até 5 mil habitantes, superior às outras faixas populacionais na mediana e nos quartis superiores. Ao observar tanto a mediana, quanto o terceiro e quarto quartil, pode-se afirmar que o percentual de candidatas vereadoras é inversamente proporcional ao tamanho populacional dos municípios, ou seja, quanto maior o tamanho populacional menores as chances de mulheres concorrerem.

Foram realizados os testes de análise de variância por meio do pacote "ggstatstplot" entre as quatro variáveis dependentes e o tamanho populacional dos municípios (divididos em 7 categorias ordinais tradicionalmente utilizadas pelo IBGE). Todos os testes de estatística F foram estatisticamente significantes ao nível de 0.001%, ou seja, há diferenças entre os grupos de população no

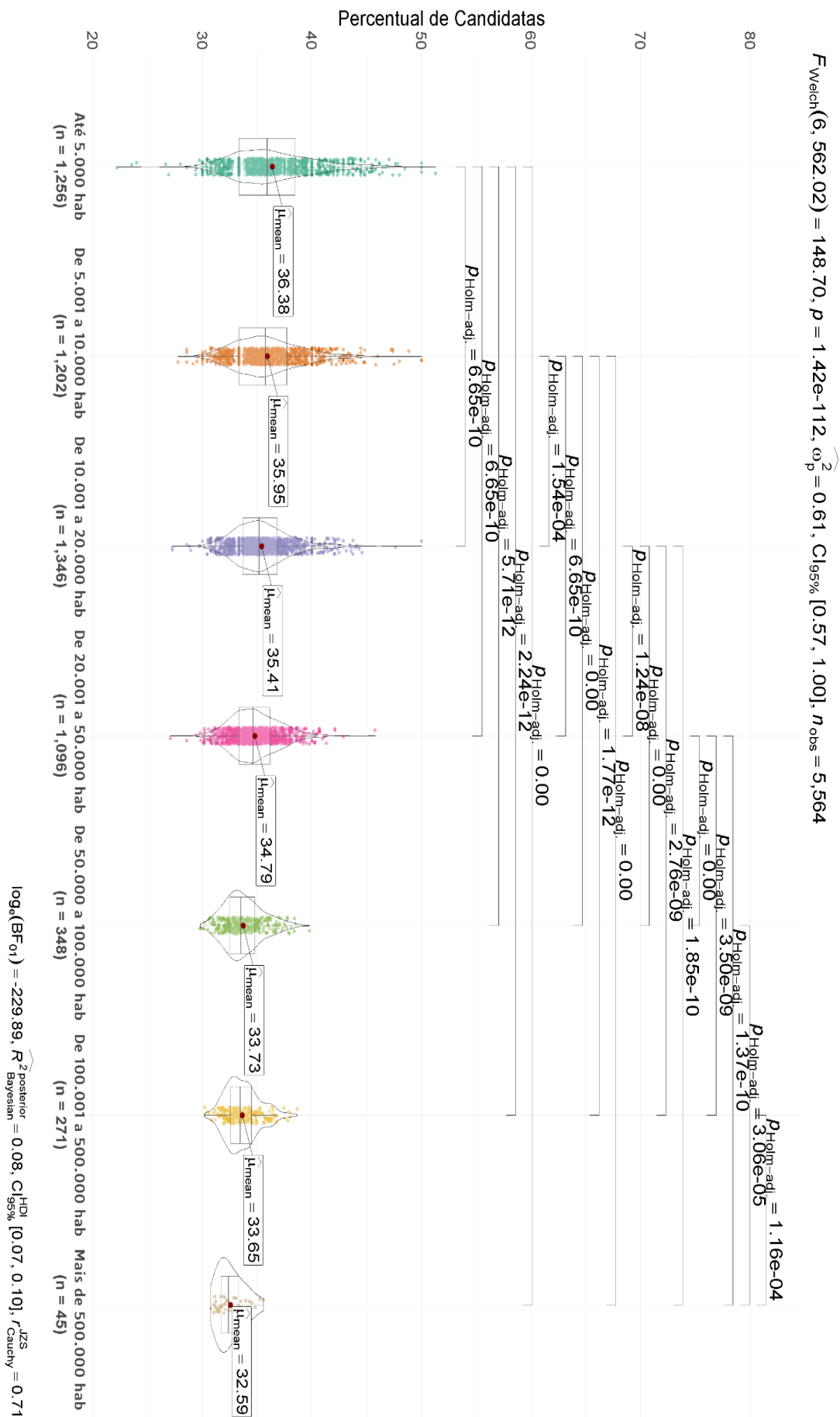
² Ver o resumo das variáveis no Apêndice 1.

que se refere às médias das quatro variáveis dependentes. Como os testes da ANOVA não informam em qual categoria exatamente há diferenças, foram realizados testes *post-hoc*³ entre os pares de categorias populacionais como podem ser observados nos gráficos a seguir.

Por meio do teste *post-hoc* a partir da análise de variância (ANOVA) foi possível constatar diferenças estatisticamente significantes entre o percentual de candidaturas femininas e praticamente todas as categorias de tamanho de município, com exceção das duas categorias contíguas (a primeira entre os com até 5.000 hab e entre 5.001 e 10.000 hab, a segunda entre os que possuem entre 50.001 a 100.000 e 100.001 a 500.000). Ou seja, o tamanho do município, à primeira vista, importa para as mulheres se candidatarem.

³ Nas imagens 2, 3, 4 e 5 estão representados numericamente as estatísticas apenas dos pares com diferenças de médias.

Imagem 2: Percentual de candidatas vereadoras por tamanho populacional

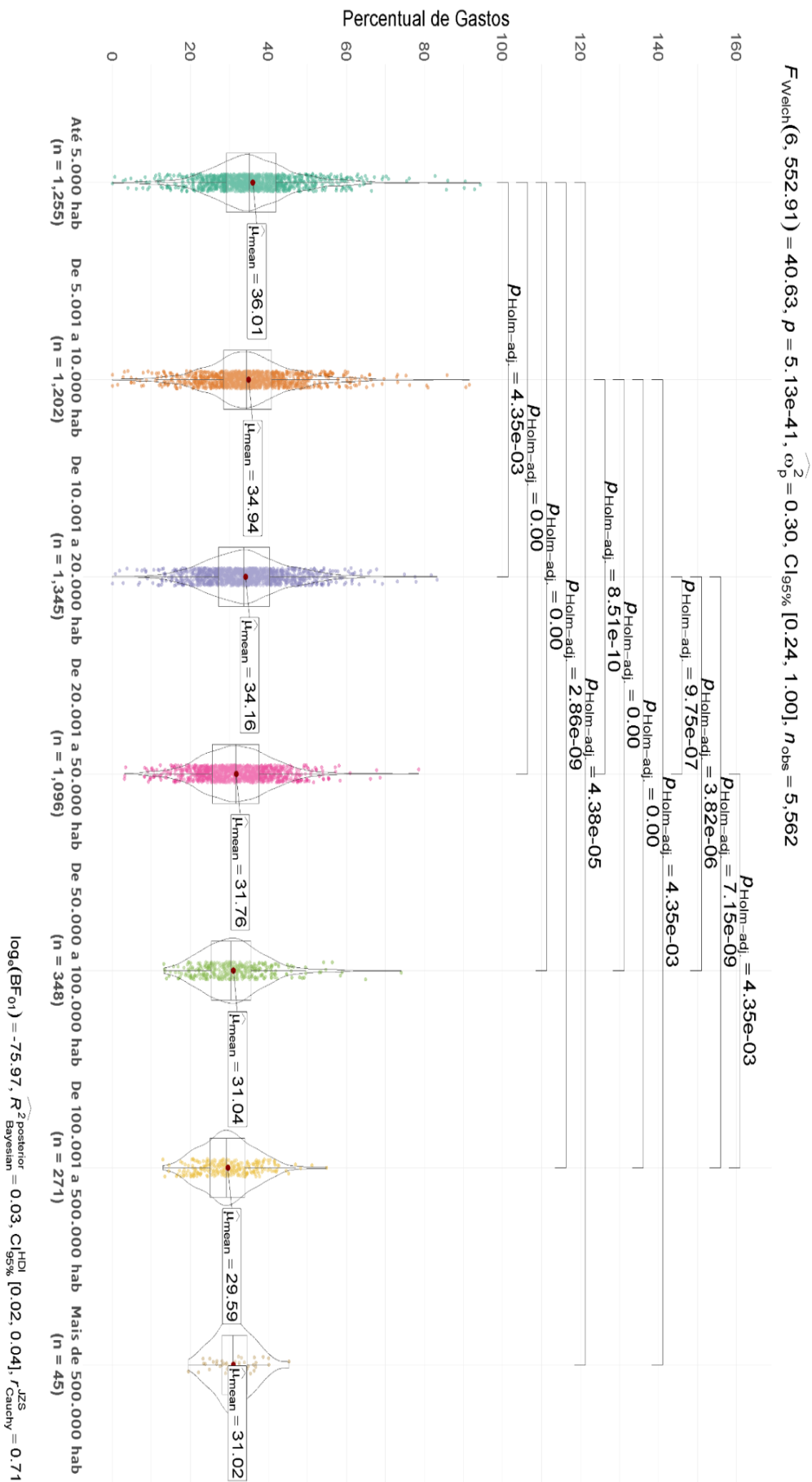


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

No que concerne à proporção de recursos de campanhas eleitorais gastos pelas candidatas, a média geral dos municípios foi de 33,8%. A distribuição entre as categorias por tamanho de município foi parecida com a verificada no percentual de votos, com 36% para a categoria dos menores e 31% para os maiores, porém menos pares de categorias apresentaram diferenças estatisticamente significativas nos testes *post-hoc* de ANOVA.

Estes achados corroboram a hipótese de que nos menores municípios há não somente mais candidatas do que nos maiores, como também que são destinados mais recursos às mulheres nos pequenos do que nos maiores municípios.

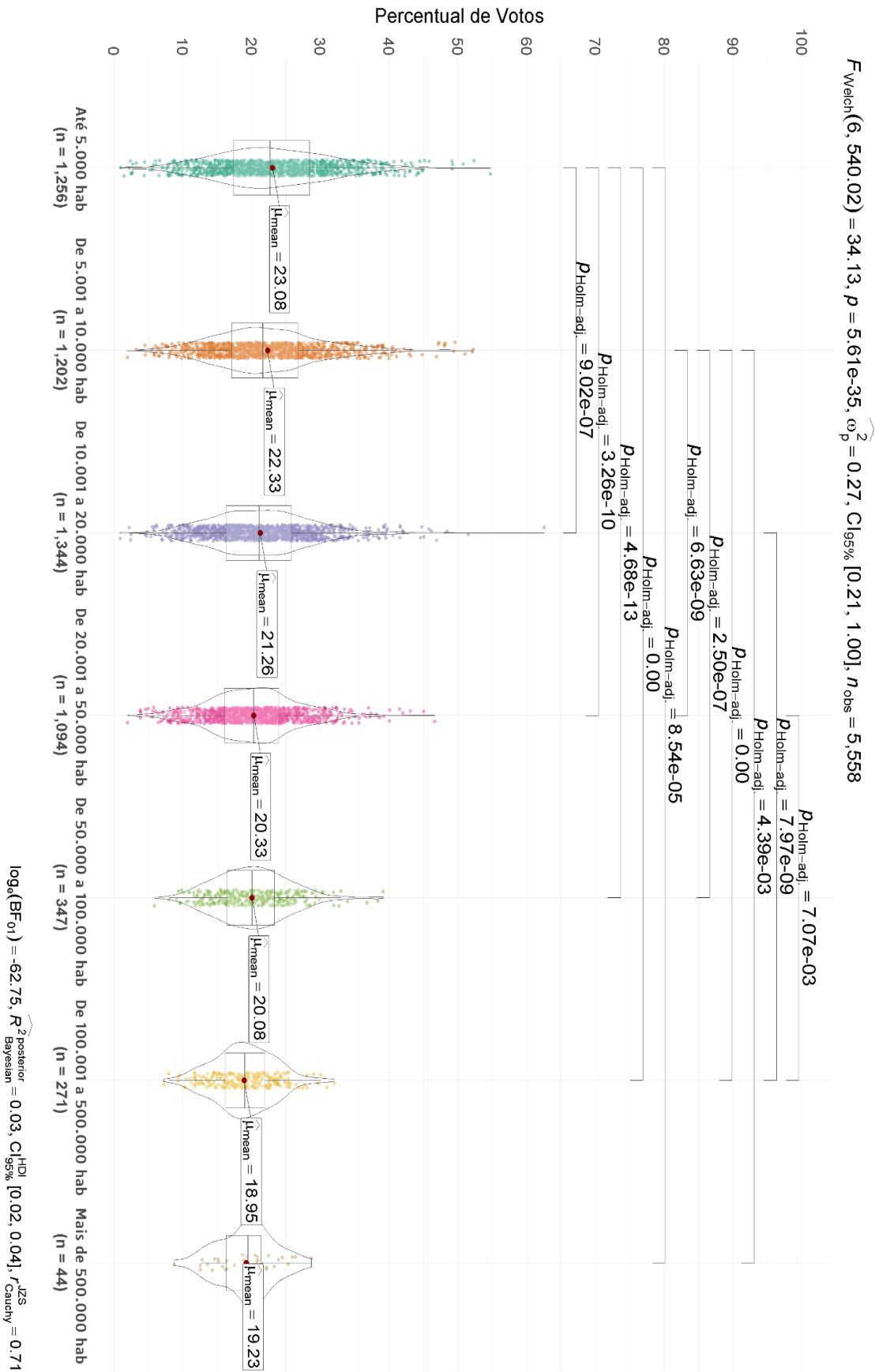
Imagem 3: Percentual do financiamento de campanha para vereadoras por tamanho populacional



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

No que tange à proporção de votos angariados pelas candidatas, a média dos municípios foi de 21,5%, bem abaixo da proporção de candidaturas e mesmo de recursos. Entre as categorias por tamanho populacional, a média dos municípios com até 5 mil habitantes foi a que apresentou o maior percentual de votos (23,1%), enquanto nos maiores municípios a média foi de 19,2%. Com exceção das duas últimas categorias, pode-se afirmar que o percentual de votos angariados pelas mulheres é inversamente proporcional ao tamanho populacional de municípios. Dito de outro modo, é possível dizer que as mulheres performam melhor quanto à proporção de votos em municípios de menor porte, mesmo que os testes estatísticos post-hoc entre os pares de categorias não sejam tão robustos estatisticamente como verificado nas variáveis de percentual de candidaturas e de recursos.

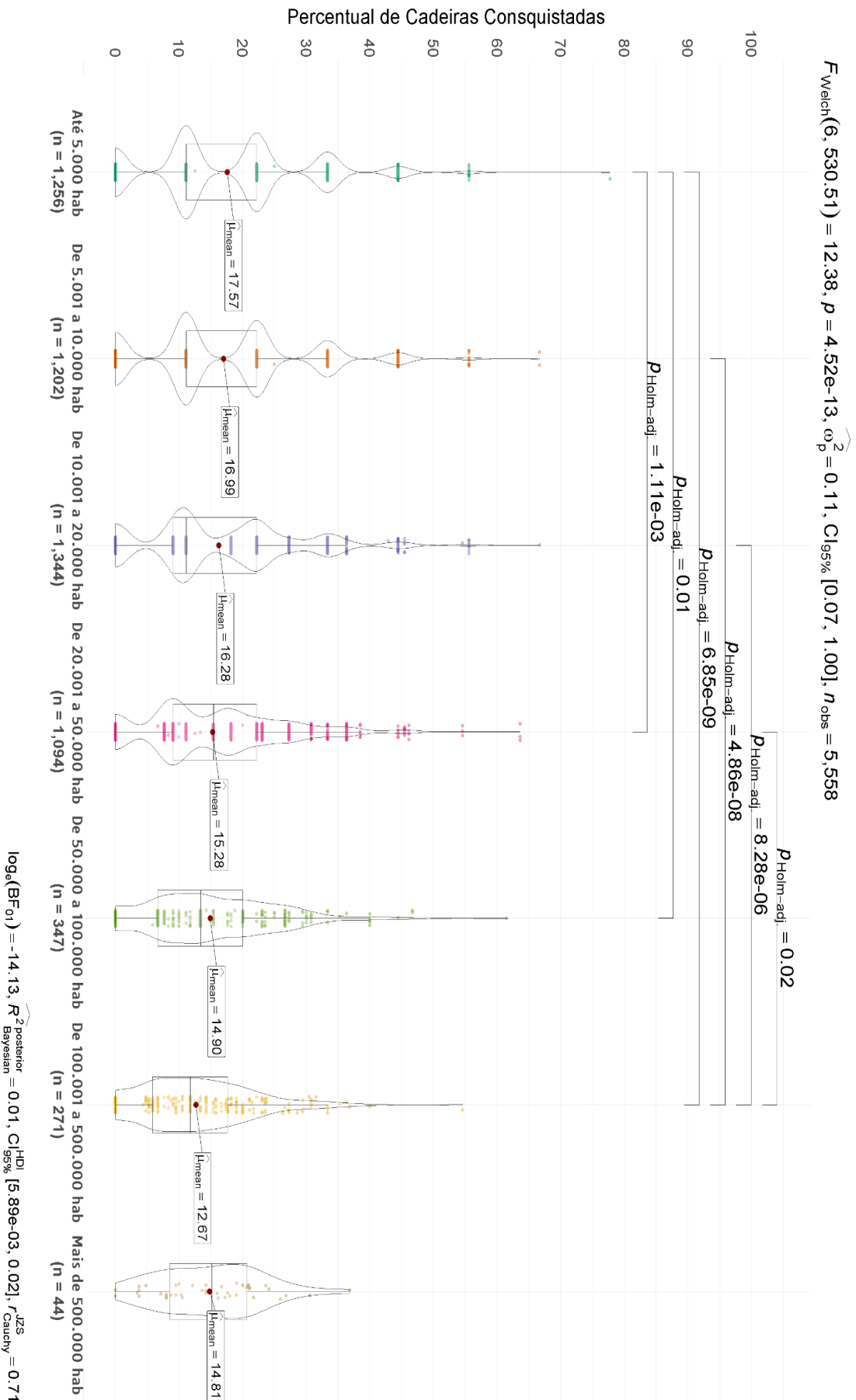
Imagem 4: Percentual de votos para candidatas vereadoras por tamanho populacional



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

A análise do percentual de cadeiras conquistadas por mulheres e o tamanho populacional indica a mesma direção encontrada para as demais variáveis dependentes: o desempenho feminino é inversamente proporcional ao tamanho dos municípios. A média geral dos municípios foi de 17,6% nos pequenos e de 14,8% nos maiores. No entanto, cabe ressaltar que no cálculo do percentual de cadeiras conquistadas há um impacto numérico nos municípios de pequeno porte que são limitados pela variação dos tamanhos das câmaras municipais. Com o piso de 9 vereadores por câmara municipal, cada cadeira representa 11,11%, o que não permite variação entre zero e 11,11% e entre 11,11% e 22,22%. A cada mulher eleita há um salto percentual grande o que faz a variável se comportar mais como de contagem do que uma contínua.

Imagem 5: Percentual de cadeiras conquistadas por vereadoras por tamanho populacional



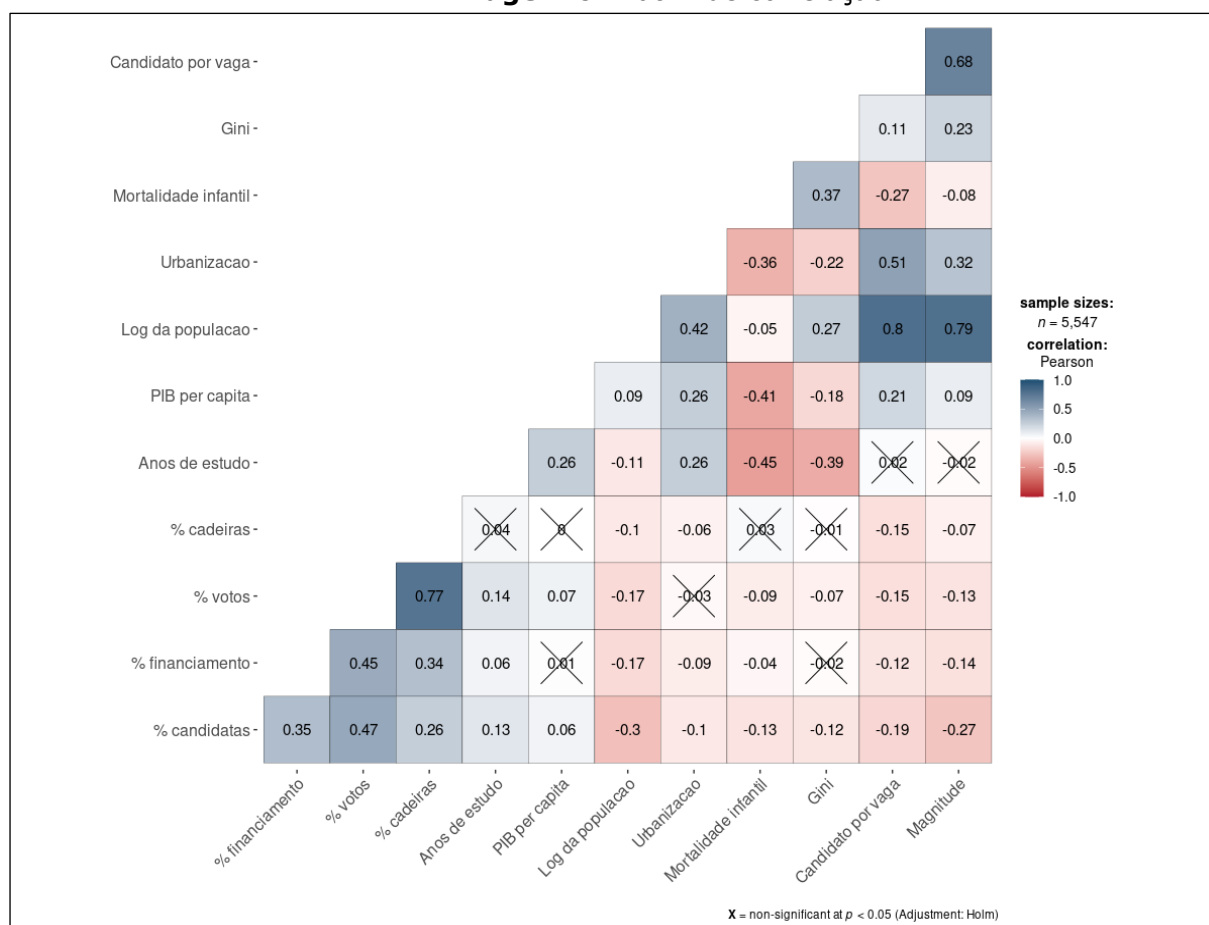
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Para as demais relações entre as variáveis dependentes (desempenho eleitoral feminino nos municípios) e independentes (institucionais e sociodemográficas) foram realizados testes de correlação de *pearson*. Desta forma, foi possível analisar as relações bivariadas e estabelecer a direção da covariação dos fenômenos mensurados.

Inicialmente, pode-se afirmar que as correlações são fracas entre quase todas as variáveis. Destacam-se que as relações entre as variáveis de desempenho feminino e educação e renda foram positivas: quanto maior a expectativa de anos de estudos e maior o PIB per capita, maior a presença de mulheres.

Todas as demais relações com variáveis sociodemográficas foram negativas: quanto maior a urbanização, a mortalidade infantil e o Gini, menores a presença das mulheres. Também foram negativas as relações entre desempenho eleitoral feminino e as duas variáveis políticas testadas: competição eleitoral (candidato/vaga) e magnitude dos distritos.

Imagem 6: Matriz de correlação



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e PNUD.

Análises multivariadas

Após as análises descritivas entre as variáveis independentes (políticas e sociodemográficas) e as variáveis dependentes de acordo com os quatro momentos propostos no desenho de pesquisa (candidaturas femininas, o financiamento de campanha, os votos e o número de cadeiras), foram construídos quatro modelos de regressão multinível. A escolha deste modelo econométrico se deu por ter a vantagem de manter constantes os estados como efeitos aleatórios (*random effects*, que são apresentados em apêndice).

A estratégia de estimação dos modelos seguiu a lógica temporal da sequência dos "portões" de forma recursiva, ou seja, a variável dependente no primeiro modelo se torna independente nos modelos subsequentes obedecendo a lógica que se inicia com a candidatura, passa pelo financiamento, desemboca nos votos e, por fim, todos explicam o percentual de eleitas nas câmaras de vereadores.

As variáveis dependentes apresentadas nos modelos estão mensuradas em percentual. O grupo de variáveis independentes que compõem a dimensão sociodemográfica dos modelos tem como primeira variável o logaritmo da população municipal do ano de 2019, seguido do PIB per capita em 2017 que foi introduzido como forma de operacionalizar o grau de recursos econômicos do município. Na sequência, foi utilizada uma série de variáveis oriundas do Atlas de Desenvolvimento Humano do PNUD calculadas com base no Censo demográfico de 2010, tais como a taxa de urbanização, taxa de mortalidade infantil até cinco anos, Gini e expectativa de anos de estudos, todas referentes às dimensões de saúde, educação e renda comumente utilizadas no cálculo do IDH-M.

O conjunto de variáveis independentes que compõem a dimensão política do modelo mais completo⁴ englobam o nível de competição eleitoral municipal, operacionalizada pelo número de candidatos por vaga para o legislativo. A magnitude da câmara, o percentual de mulheres que se candidataram para os cargos de vereador e o percentual de financiamento destinados a campanhas femininas.

O primeiro modelo apresenta os fatores sociodemográficos e políticos e suas respectivas significâncias estatísticas sobre o percentual de candidaturas femininas. Foram significativos e negativos o tamanho populacional, assim como a mortalidade infantil e o número de cadeiras da câmara. A competição

⁴ Os modelos apresentados diferem entre si não apenas quanto às suas variáveis dependentes, como também as variáveis independentes. O modelo que apresenta todas as variáveis independentes é o de percentual de votos em vereadoras. Aos demais são retiradas algumas independentes por questões metodológicas.

eleitoral também foi significativa, porém, diferente das demais, esta obteve relação positiva. Desse modo, os fatores que aumentaram a proporção de mulheres candidatas em 2020 foram os pequenos municípios, com baixa mortalidade infantil, mais competitivos e câmaras com menores magnitudes eleitorais.

O segundo modelo apresenta a relação entre o percentual de financiamento em candidaturas femininas e as demais variáveis independentes. A variável demográfica que manifestou significância estatística foi o tamanho populacional: quanto menor o município, menor o percentual de recursos gastos pelas mulheres. O percentual de mulheres concorrendo teve significância estatística e foi positiva para o aumento de financiamento de campanha.

No modelo para estimar o percentual de votos, as mulheres se privilegiam de municípios com maior urbanização, assim como maiores PIBs, maiores percentuais de mulheres concorrentes e maiores percentuais de financiamento de campanha. O tamanho populacional foi significativo e positivo ao nível de 0.054%.

No que concerne ao modelo com o percentual de cadeiras conquistadas por mulheres, foram significativas o tamanho populacional, mortalidade infantil e o percentual de votos para mulheres, de forma positiva; e a competição eleitoral, anos de estudo e percentual de candidatas afetaram negativamente o percentual de cadeiras neste último modelo.

Imagem 7: Modelos hierárquicos com UF como efeitos aleatórios

Predictors	%candidatas			%financiamento			%votos			%cadeiras		
	Estimates	CI	p	Estimates	CI	p	Estimates	CI	p	Estimates	CI	p
(Intercept)	43.21	41.59 - 44.83	<0.001	2.97	-4.22 - 10.15	0.418	-20.78	-25.11 - -16.45	<0.001	1.11	-4.17 - 6.40	0.680
Log da populacao	-0.70	-0.84 - -0.56	<0.001	-0.84	-1.36 - -0.33	0.001	0.30	-0.01 - 0.61	0.054	0.61	0.23 - 0.99	0.002
Anos de estudo	0.06	-0.03 - 0.15	0.168	0.00	-0.33 - 0.33	0.993	0.12	-0.07 - 0.32	0.222	-0.25	-0.48 - -0.01	0.045
PIB per capita	-0.00	-0.00 - 0.00	0.906	-0.00	-0.00 - 0.00	0.092	0.00	0.00 - 0.00	0.007	-0.00	-0.00 - 0.00	0.346
Urbanizacao	-0.00	-0.01 - 0.00	0.373	-0.00	-0.02 - 0.02	0.961	0.02	0.01 - 0.03	<0.001	-0.01	-0.02 - 0.01	0.294
Mortalidade infantil	-0.04	-0.06 - -0.02	<0.001	0.01	-0.06 - 0.07	0.838	-0.01	-0.05 - 0.03	0.583	0.06	0.01 - 0.10	0.014
Gini	0.61	-0.78 - 2.00	0.388	1.91	-3.11 - 6.94	0.455	-0.54	-3.57 - 2.50	0.728	-0.98	-4.67 - 2.71	0.602
Candidato por vaga	0.07	0.04 - 0.09	<0.001	0.07	-0.03 - 0.17	0.194	-0.15	-0.22 - -0.09	<0.001	-0.22	-0.29 - -0.15	<0.001
Magnitude	-0.13	-0.17 - -0.09	<0.001	0.02	-0.13 - 0.17	0.808	0.08	-0.01 - 0.17	0.075	0.11	-0.00 - 0.22	0.053
% candidatas				1.08	0.99 - 1.18	<0.001	0.85	0.79 - 0.91	<0.001	-0.50	-0.58 - -0.42	<0.001
% financiamento							0.22	0.20 - 0.23	<0.001	0.01	-0.01 - 0.03	0.282
% votos										1.37	1.34 - 1.40	<0.001
Random Effects												
σ^2	7.27			94.36			34.58			52.62		
τ_{00}	0.32 uf			6.01 uf			1.82 uf			1.09 uf		
ICC	0.04			0.06			0.05			0.02		
N	26 uf			26 uf			26 uf			26 uf		
Observations	5549			5547			5547			5547		
Marginal R ² / Conditional R ²	0.110 / 0.148			0.105 / 0.159			0.303 / 0.338			0.627 / 0.635		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e PNUD.

Considerações finais

Não há muito consenso na literatura sobre os fatores que aumentam o desempenho das mulheres candidatas ao cargo de vereança. As eleições municipais de 2020 representaram uma oportunidade de testar uma série de hipóteses sobre os efeitos de variáveis políticas institucionais e sociodemográficas.

O tamanho do município e as respectivas magnitudes das câmaras municipais foram importantes para explicar a variação de todas as variáveis de desempenho eleitoral analisadas, porém, tem impacto indiretamente proporcional para o percentual de candidaturas e de financiamento de mulheres e diretamente proporcional a votos e cadeiras. Parte da explicação, provavelmente, reside no fato das duas primeiras variáveis independentes entrarem como controles nos modelos para estimar votos e cadeiras. E este fato parece explicar a discordância dos achados da literatura sobre os efeitos de tamanho do município no desempenho eleitoral feminino. A depender do que se mede, o efeito populacional e o efeito da magnitude podem ter sinais distintos sobre candidaturas e financiamento de um lado e, de outro, votos e cadeiras. Em resumo, nos pequenos municípios há proporcionalmente mais mulheres candidatas e mais financiamento, entretanto, controlados estes fatores, é nos maiores municípios que se encontram maiores proporções de votos e de cadeiras destinados às mulheres.

Fenômeno semelhante foi verificado para o efeito da competição eleitoral, posto que foi positivo para candidaturas e financiamento, porém negativo para votos e cadeiras. Novamente, aqui a estratégia de inserir as variáveis de desempenho feminino de forma recursiva nos modelos pode explicar o porquê destas inversões de sinais no impacto das mesmas variáveis em modelos distintos.

De fato, as mulheres arrecadam menos recursos do que os homens. Os resultados apresentados pela literatura sobre o tema sugerem que há uma relação entre recursos de campanha e desempenho eleitoral. A dinâmica consiste em uma relação proporcional direta, onde mulheres com menos recursos vão conseguir menos votos e, conseqüentemente, irão se eleger em menores proporções. A eleição municipal de 2020 foi o primeiro pleito municipal a ocorrer sob as mudanças provocadas pela ADI 5.617 de 2018 que tornou uma parte do recurso obrigatoriamente vinculado às candidaturas femininas. Assim, ficaram os partidos políticos responsáveis a destinar, no mínimo, 30% dos recursos públicos para as candidaturas femininas. As mulheres foram proporcionalmente mais financiadas nos pequenos municípios e o financiamento, por sua vez, foi responsável por aumentar a proporção de votos. Este fato demanda mais estudos que precisam ser abordados por outras

metodologias para elucidar mais detalhadamente a cadeia causal entre tamanho populacional, financiamento e voto.

Por fim, buscou-se jogar luz sobre as relações entre indicadores clássicos de desenvolvimento econômico (como educação, renda e saúde) sobre desempenho das mulheres candidatas e foram verificados que o grau de urbanização, o PIB *per capita* e a escolaridade tiveram pouco ou quase nenhum efeito. Ou seja, fatores sociais parecem não ter influência sobre os resultados eleitorais das mulheres em 2020. Este fenômeno contrasta com achados clássicos da literatura que colocavam os municípios menos desenvolvidos como fatores explicativos para um melhor desempenho das mulheres, entretanto, esta hipótese não foi aqui corroborada. Os achados empíricos aqui desenvolvidos não autorizam interpretações que vinculam municípios com baixo desenvolvimento a qualquer teoria sobre dominação masculina que tenha a gramática do clientelismo e familismo como explicação para o melhor desempenho das mulheres, sobretudo, nos pequenos municípios.

Referências

- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M.; ALCÂNTARA, A. P. DE. 2007. Participação das mulheres nas eleições de 2004: avaliação da política de cotas no Brasil. *Revista Gênero*, v. 7, n. 2, pp. 195-215.
- ARAÚJO, C. 2013. Cotas femininas e financiamento de campanha. *Cadernos Adenauer XIV*, n. 13, pp. 11-30.
- ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. 2007. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. *Dados*, v. 50, n. 3, pp. 535-577.
- ARAÚJO, C.; BORGES, D. 2013. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o "gênero" das candidaturas em 2010. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, pp. 69-91.
- BOHN, S. 2009. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 35, n. 0, pp. 63-89.
- CAMPOS, L. F. *et al.* 2020. Competição política e desigualdades de gênero nas eleições para assembleias estaduais em 2018. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 10, n. 2, pp. 587-611.
- CARLOMAGNO, M. 2017. Em que lugares as mulheres têm maiores chances de se eleger vereadoras? *The Observatory of Social and Political Elites of Brazil*, v. 4, n. 1, pp. 01-12.
- COELHO, L. M.; BAPTISTA, M. 2009. A História da Inserção Política da Mulher no Brasil: uma Trajetória do Espaço Privado ao Público. *Psicologia Política*, v.











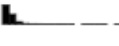

9, n. 17, pp. 85–99.

- FERNANDES, A. 2018. Onde estão elas? A efetividade da cota de gênero nas eleições para vereador (a) de 2000 a 2016 no Brasil. *E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, v. 11, n. 26, pp. 109–122.
- FOX, R. L.; LAWLESS, J. L. 2012. Entrando na arena?: gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, pp. 129–163.
- JUNCKES, I. J. *et al.* 2015. Posicionamento das Mulheres na Rede de Financiamento Eleitoral e seu Desempenho nas Eleições de 2010 no Brasil: A Dinâmica Estrutural da Exclusão e Marginalização Feminina no Poder Político. *Revista Latino-americana de Geografia e Genero*, v. 6, n. 1, pp. 25–47.
- MEIRELES, F.; ANDRADE, L. 2017. Magnitude eleitoral e representação de mulheres nos municípios brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 63, pp. 79–101.
- MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. DE. 2006. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, pp. 363–385.
- NORRIS, P. 2004. *Electoral engineering: Voting rules and political behavior*. Cambridge: Cambridge university press.
- PEIXOTO, V. D. M. 2010. *Eleições e Financiamento de Campanhas no Brasil*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- PEIXOTO, V. D. M.; GOULART, N. L. M.; SILVA, G. T. DA. 2016. Cotas e mulheres nas eleições legislativas de 2014. *Política & Sociedade*, v. 15, n. 32, pp. 126–144.
- SACCHET, T. 2013. Democracia pela metade: candidaturas e desempenho eleitoral das mulheres. *Cadernos Adenauer XIV*, n. 2, pp. 85–107.
- SACCHET, T.; SPECK, B. W. 2012. Financiamento Eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião Pública*, v. 18, n. 1, pp. 177–197.
- SILVA, E. A. *et al.* 2017. Mulheres nas Eleições de 2014 no Brasil: Evidências de Exclusão e Marginalização Política. *Revista Latino-americana de Geografia e Genero*, v. 8, n. 1, pp. 251–272.
- SPOHR, A. P. *et al.* 2016. Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada. *Revista Estudos Feministas*, v. 24, n. 2, pp. 417–441.

YOUNG, I. M. 2006. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 67, pp. 139–190.

Apêndice

Imagem 1: Resumo das Variáveis

	Mean	SD	Min	Median	Max	
% candidatas	35.4	2.9	22.2	35.0	51.3	
% financiamento	33.8	10.6	0.0	33.2	94.4	
% votos	21.5	7.3	0.9	21.0	62.6	
% cadeiras	16.3	11.9	0.0	11.1	77.8	
Candidato por vaga	7.5	5.2	1.1	6.0	40.2	
Magnitude	10.4	2.9	7.0	9.0	55.0	
Log da populacao	9.5	1.2	6.7	9.4	16.3	
Urbanizacao	63.8	22.0	4.2	64.7	100.0	
Mortalidade infantil	21.5	7.3	10.0	19.4	50.9	
Anos de estudo	9.5	1.1	4.3	9.5	12.8	
PIB per capita	21990.6	20944.4	3285.0	16599.3	344847.2	
Gini	0.5	0.1	0.3	0.5	0.8	

Fonte: Elaboração dos autores.